

# Plano Cruzado e URP

IGNACIO M. RANGEL

5 05 55

A sociedade brasileira careceu de cerca de nove meses — fevereiro a novembro — para despertar completamente do sonho de acabar com a inflação por decreto. Refiro-me ao Plano Cruzado. Quando uma idéia se apropria da imaginação das massas — ensinava Marx —, converte-se numa força material. Precisamente como nossa experiência de 1936 o demonstrou. Vejamos agora quantos meses serão necessários para que despertemos do sonho de acabar com o déficit das finanças do Estado, também por decreto, via supressão da URP, isto é, da aplicação aos salários dos trabalhadores de uma correção monetária insuficiente, menor que a inflação do período, mas uma correção, em todo caso.

O Plano Cruzado foi um sonho, como o é esse da supressão da URP — um sonho cor-de-rosa, no primeiro caso, e um pesadelo, no segundo. Em nenhum dos casos havia fundamentos materiais para essas medidas, salvo, no primeiro caso, o clamoroso entusiasmo com que foi recebida. No caso da supressão da correção monetária aos salários, não há nenhuma adesão das massas populares, mas há o efeito surpresa. E tão monstruosa a medida que a opinião pública ainda está perplexa, não se apercebeu do seu significado, de modo que seu inevitável protesto não se manifesta, por enquanto, senão através de medidas de óbvia inanidade, como o programado recurso ao Poder Judiciário, por certas categorias.

Allega o governo que a supressão da URP — por dois meses, com vaga promessa de reposição, mas indefinidamente, enquanto a indignação popular não explodir ou para as categorias incapazes de protesto — é medida sem alternativa, o que estaria bem se isso fosse alternativa. É certo que a inflação torna-se rapidamente galopante, o que significa que a crise econômica está tocando o fundo do poço, isto é, converte-se em crise política, que interessa à própria estabilidade do Estado. As medidas a tomar são de outra natureza e a componente monetária dessas medidas é relativamente simples e pequena.

As inflações, qualquer que seja sua etiologia, implicam dois fatores paralelos: a) sobem os preços; b) emite-se dinheiro. Entretanto, duas hipóteses se admitem: a) emite-se dinheiro porque os preços sobem; b) os preços sobem porque se emite dinheiro. Difícilmente uma inflação de primeira mão pode ocorrer

galopante, embora possa assumir índices elevados, ao passo que as inflações do segundo tipo tendem a tornar-se galopantes. No primeiro caso, à vista da elevação dos preços, por motivos conjunturais, econômicos, quebra-se a equação de trocas, e o governo é obrigado a emitir, para socorrer a caixa do sistema bancário. No segundo caso, o governo emite para socorrer a própria caixa — como parece ser nosso caso atual —, o que quer dizer que os preços subirão. As primeiras inflações geram-se no bojo da economia; as segundas, refletem o estado das finanças públicas.

O caso mais corrente é o primeiro, isto é, como reflexo de movimentos conjunturais, de mudanças da oferta e demanda globais, no bojo da economia, geram-se movimentos de alta de preços, que exigem que o Estado restabeleça o equilíbrio, pela obrigatória emissão de dinheiro. Ao primeiro exame, o movimento deve começar por uma elevação autônoma da demanda global, como ainda é a crença mais generalizada, embora eu tenha demonstrado exaustivamente não ser esse nosso caso, visto como os preços sobem nos períodos de baixa conjuntura, quando a demanda global é mínima, baixando nos períodos de alta conjuntura, quando a demanda global é máxima. De qualquer forma, porém, o movimento aos preços tem sua origem no balanço oferta-demanda global, isto é, no bojo da economia.

Como a economia está em recessão, era natural que, por força dessa lei, os preços manifestassem certa tendência à alta. Não, porém, a tendência a se exprimirem por uma inflação galopante. A origem desta deve ser buscada nas emissões destinadas a socorrer a caixa do Tesouro do Estado. Por isso que o governo tende a limitar a supressão da URP aos servidores públicos, deixando-a em vigor para o setor privado. Noutros termos, o que interessa não é o balanço oferta-demanda globais, mas simplesmente a caixa Tesouro. O FMI, o provável inspirador dessa política, deve saber disso.

As inflações dessa etiologia têm elevada probabilidade de se tornarem galopantes. Acontecem geralmente na esteira de grandes desastres, como as guerras devastadoras, e têm ordinariamente o merito de serem de curta duração. Basta que a economia comece a restabelecer-se e o equilíbrio global dá-se a resolver-se. Não há dúvida de que, no Brasil, a inflação de primeira mão pode ocorrer

guerra, de modo que a causação profunda deve ser buscada aliures.

Há tempos que venho anoniando para a possibilidade de um estado falimentar das finanças públicas — assim como esse que aí temos — como consequência do tratamento que vimos dando aos grandes serviços de utilidade pública. Estes estão organizados como serviços públicos concedidos a empresas públicas — nos quais o Estado é, ao mesmo tempo, poder concedente e concessionário. Tais serviços, por motivos que deviam ser óbvios, não podem oferecer seus bens em garantia dos empréstimos que levantem, dentro ou fora do país, o que quer dizer que estão, para esse efeito, na dependência exclusiva do aval do Tesouro. Ora, tal aval compromete recursos fiscais futuros, isto é, trazem a probabilidade de se exprimirem em déficit do Tesouro. Déficit que a princípio se cobre pelo rolamento da dívida, mas não indefinidamente, porque esse rolamento leva à insolvência, a qual, à certa altura, através da elevação da taxa de juros, tende a agravar-se por si mesma.

Cria-se, assim, um estado de coisas semelhantes ao causado pelas guerras e pelas catástrofes. Desesperado, o Estado recorre ao seu último recurso, isto é, a emissão de dinheiro. Ora, dado o peso cada vez menor do volume de moeda primária em comparação ao dividendo nacional, um déficit relativamente pequeno do Tesouro, se coberto por essa via, pode causar autonomamente a elevação durante dos preços, em prazo muito curto. E isso sem contar a tendência da inflação a elevar-se como reflexo da recessão econômica e, por paradoxal que isso ainda pareça, da queda da demanda global.

O setor privado não tem onde investir, em consequência, desintereessa-se do reforçamento de sua caixa, isto é, deixa ociosa parte de sua capacidade produtiva já instalada. Enquanto o crédito do Estado percurasse parte da capacidade produtiva poderia ser usada para alimentar a chamada "ciranda financeira". Mas esse crédito debilitou-se, limitando-se a princípio, a viabilizar o rolamento da dívida, embora em condições cada vez mais onerosas e deboli, nem a 1936, deixando um descalço que somente a emissão de dinheiro poderia cobrir.

É a inflação de primeira mão que se tem de evitar.

Ignacio M. Rangel